

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.769.973 - AM (2020/0256442-4)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE MANAUS
PROCURADOR : JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR -
AM005517
AGRAVADO : IRISMAR RIBEIRO DAVILA DE SOUZA
ADVOGADO : TATIANA ROCHA DE MENEZES - AM003663

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por MUNICÍPIO DE MANAUS contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS, assim resumido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EXECUÇÃO FISCAL ILEGITIMIDADE DE EXSÓCIA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA SOCIEDADE LIMITADA REGISTRO NA JUNTA COMERCIAL RETIRADA DE SÓCIA ANTES DA OCORRÊNCIA DO FATO GERADOR DOS TRIBUTOS ERRO DA FAZENDA ESTADUAL NA COBRANÇA PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ÔNUS DO EXEQUENTE DECISÃO REFORMADA PARA CONDENAR O MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Quanto à controvérsia trazida aos autos, alega violação dos arts. 8º, 9º, 16 e 17 da Lei n. 6.830/80, no que concerne ao não cabimento da exceção de pré-executividade ante a necessidade de dilação probatória, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A tese do Acórdão admite a exceção de pré-executividade como meio apto a deduzir, nos autos da execução fiscal, matéria fática que depende da dilação probatória, qual seja, a responsabilidade tributária do sócio da empresa.

Ocorre que, o incidente processual em questão – exceção de pré-executividade – o somente poderia deduzir matéria de ordem pública, cujo reconhecimento pode se dar de ofício pelo juiz, independentemente de produção probatória, o que não é a situação no presente caso.

A análise da regularidade da saída do sócio do quadro societário da empresa, antes do fato gerador, demanda dilação probatória, já

que a presunção de legitimidade assegurada à CDA impõe ao executado, que figura no título executivo, o ônus de demonstrar, através dos embargos à execução, a sua retirada da sociedade empresarial (fl. 45).

No caso concreto, impõe-se a investigação exauriente sobre matéria de fato, sendo inviável o exame da questão em sede de exceção de pré-executividade. Por isso, qualquer posicionamento judicial sobre os argumentos pelo Recorrido exigiria vasta produção probatória, o que deveria ser deduzido através de Embargos à Execução, com os créditos devidamente garantidos, conforme exigido nos termos dos artigos 8º, 9º, 16 e 17, da Lei n. 6.830, de 22 de setembro de 1980, Lei de Execução Fiscal – LEF (fl. 46).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. Em relação à afronta aos arts. 13 da Lei n. 10.559/2002 e 943 do Código Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do recurso especial”. (AgInt no REsp n. 1.496.338/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 27/8/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.826.355/RN, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 4/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp n. 1.617.627/RJ, AgInt no AREsp n. 1.617.627/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no REsp n. 1.690.449/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 5/12/2019; AgRg no AREsp n. 1.562.482/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 28/11/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente